Revista Diálogos Mediterrânicos
www.dialogosmediterranicos.com.br
Número 18 – Julho/2020

Panorama sobre a História Intelectual no Paraná (2005-2015): breves considerações e reflexões[1].

An overview of the Intellectual History in the state of Paraná: some observations and thoughts.

André Luiz Leme[2]; Marcos Luís Ehrhardt[3]; Milton Stanczyk Filho[4]; Moisés Antiqueira[5]

Resumo

O estudo apresenta um levantamento e análises inéditos sobre a produção historiográfica referente à História Intelectual no cenário acadêmico paranaense entre 2005 e 2015. Assim, a pesquisa considerou os trabalhos publicados por historiadores(as) lotados nas universidades do Paraná no referido período, que se caracteriza pela verticalização dos cursos de História em todas as regiões do Estado. Para cumprir com os objetivos propostos, baseamo-nos em uma definição acerca do que se entende por "história intelectual" – uma abordagem histórica a respeito das "formas intelectuais" observadas em dada época e lugar, com ênfase no uso do suporte escrito como meio para a conceitualização, organização e comunicação das "formas" ora aludidas – a fim de mapearmos diferentes aspectos relacionados ao mencionado campo historiográfico. Nesses termos, o artigo traça um panorama sobre os docentes e os temas de pesquisa ligados à História Intelectual, ao mesmo tempo em que tece considerações sobre os sentidos desse campo a partir dos elementos apontados por diferentes pesquisadores(as) por nós entrevistados para a realização da pesquisa.

Palavras-chave: História Intelectual; Paraná; Escrita da história.

Abstract

The paper presents the results of the first investigation ever made about historiographic studies related to the research field known as Intellectual History as observed in the academic scenario at the state of Paraná between 2005 and 2015. The authors focus on several texts published by historians who worked at some universities located in the state of Paraná at that time. To analyze all the collected data, we had to determine a possible meaning of "intellectual history". In our view, it consists of a historical approach to "intellectual works" that are created at a specific moment, coming into existence through language in written form as a means of conceptualizing, organizing, and transmitting any complex idea. In this fashion, the paper offers an overview of the academic staff and their research subjects related to Intellectual History, and at the same time it tries to evaluate the meanings attributed to that historiographic field of study by researchers on their own.

Keywords: Intellectual History; Paraná; The writing of history.

Enviado em: 09/07/2020
Aprovado em: 20/07/2020

[1] O texto resulta do projeto de pesquisa intitulado "Panorama e tendências da História Intelectual no Paraná (2005-2015)", financiado pela Fundação Araucária (CP 09/2016-Programa Institucional de Pesquisa Básica e Aplicada; Edital 016/2016-PRPPG/Unioeste), sob coordenação de Moisés Antiqueira. Os autores integram o Laboratório de Pesquisa "Estudos em História Intelectual" (Unioeste). Agradecemos às bolsistas Isabela de Barros Pletsch e Monique Maia dos Santos, do curso de Graduação em História da Unioeste, pela importante atuação junto ao projeto. Igualmente, agradecemos à Profa. Dra. Sheille Soares de Freitas (Unioeste) pelas observações a respeito dos métodos e dos significados da História Oral. Claro está, porém, que eventuais equívocos cometidos nesse trabalho são de inteira responsabilidade de seus autores.

[2] Doutor em História, Cultura e Sociedade pela Universidade de Federal do Paraná (UFPR, 2015). Docente do curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

[3] Doutor em História, Cultura e Sociedade pela Universidade de Federal do Paraná (UFPR, 2008). Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

[4] Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

[5] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP, 2012). Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Introdução.

Tu o que achas,
Que é necessário sair da ilha para ver a ilha,
que não nos vemos se não nos saímos de nós,
Se não saímos de nós próprios

José Saramago

N'*O conto da Ilha Desconhecida*, José Saramago apresenta a pequena saga de um antigo aventureiro, cioso por singrar os mares à procura de uma porção insular que nem reis, nem capitães acreditavam ainda existir. A ilha, para além de uma imagem do real observado, trazia consigo algo do ideal da busca, das incertezas do ponto de chegada, mas sobretudo da virtude em olhar de forma renovada para si mesma. Ainda que de modo alegórico, podemos transpor tal cena ao *fazer-se* que a pesquisa aqui exposta nos suscitou: delimitar – e, porque não, desvelar – um panorama, um momento de reconhecer rótulos, perspectivas analíticas e de fomentar um questionamento de um campo a partir de um critério avaliativo, fruto de um trabalho coletivo.

À maneira do aventureiro narrado por Saramago, entendemos que toda pesquisa historiográfica pode nos conduzir a pontos de chegada surpreendentes. Ao mesmo tempo, problematizar aspectos relacionados à oficina do historiador envolvem, de certa forma, uma atividade autorreflexiva. Por isso, mapear a situação em que se encontra determinado "canteiro da História" não configura tarefa das mais simples. As dificuldades decorrem, ademais, do fato de que a identificação de pesquisadores com dado campo envolve uma dimensão taxonômica, ou seja, uma classificação que, embora construída a partir de elementos que se verificam na experiência concreta, por vezes pode ignorar, pois, o modo como os próprios pesquisadores concebem a si e o seu ofício.

Tais obstáculos são amplificados no que se refere à História Intelectual. Trata-se de um campo[6] acerca do qual, ainda hoje, impera grande indefinição. Todavia, uma investigação voltada para a "história da história", no caso, para as características de determinado campo historiográfico em dada época e lugar, demanda que alguma definição seja estabelecida. Portanto, fez-se necessário lançar mão de uma abstração/conceitualização para impor alguma ordem à busca por delinear os

[6] O emprego do vocábulo campo, no presente artigo, não envolve maior conceitualização, comum a certas perspectivas históricas e sociológicas. Lançamos mão do termo nos mesmos moldes que Francisco José Calazans Falcon o faz na Apresentação da coletânea *Passados recompostos*: campos e canteiros da História. Assim, lê-se que "A referência [feita no título da obra] aos *campos da História* serve para quebrar a tradicional rigidez associada às delimitações baseadas em especializações que se ignoram às outras. Ao mesmo tempo, a idéia [sic] de campos vale como afirmação da pluralidade dos espaços postos à disposição do conhecimento histórico, o sem sentido das fronteiras rígidas e as possibilidades infinitas das trocas com os campos vizinhos – das ciências humanas e sociais". Para tanto, ver FALCON, Francisco J. C. "Apresentação". In BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ; Editora FGV, 1998, p. 11.

contornos do campo da História Intelectual, a fim de pensá-lo em relação à produção historiográfica efetuada dentro do estado do Paraná entre os anos de 2005 e 2015.

Entretanto, as tentativas de delimitá-lo não são recentes: em *O beijo de Lamourette*, lançado em 1990, Robert Darnton afirmava que "a história intelectual propriamente dita [abarca] o estudo do pensamento informal, climas de opinião e movimentos literários"[7]. Há de se convir que se trata de uma definição vaga, fruto do caráter interdisciplinar da área, o que implica o fato de o historiador se pautar em um ecletismo metodológico a fim de dar conta dos variados enfoques relativos à História Intelectual[8]. De maneira similar, a indefinição resulta da inexistência de "uma linguagem teórica" que possa "definir, sem referência a uma problemática, a quais objetos conceder primazia"[9].

Sendo assim, nota-se a dificuldade em se estabelecer quais seriam os objetos próprios da História Intelectual, tendo em vista a pluralidade de critérios. A tendência em voga é a de se enfatizar a imprecisão do campo, algo que decorre, entre outros, da existência de tradições e especificidades comuns a diferentes países (casos, por exemplo, da "história do pensamento político" promovida pela chamada "Escola de Cambridge" ou da *histoire intellectuelle* francesa, muitas vezes sinônimo de uma "história dos intelectuais", da trajetória intelectual dos sujeitos[10]). Por sua vez, há tentativas de se definir o campo que o esgarçam demais. Estudiosos como Daniel Wickberg qualificam a História Intelectual nos termos de "uma história do pensamento ou das ideias" (que não se limita aos intelectuais ou aos grandes textos, ressalte-se) e que, à medida que se dedica ao ponto mais elementar da realidade humana, qual seja, a capacidade cognitiva, defende que a escrita da história em si "deveria ser a história do pensamento antes de mais nada"[11].

Ambas as posturas se mostram contraproducentes. Que a natureza interdisciplinar do campo impõe obstáculos à sua delimitação, não ousamos negar. Diante disso, não é incomum a posição assumida por autoras como Sarah Igo, qual seja, a de reconhecer-se enquanto "historiadora intelectual e cultural", uma vez que, por um lado, pensa que o estabelecimento de fronteiras pode ser algo limitante para a História Intelectual e, por outro, por considerar que os objetos com os quais lida tornam difícil classificá-la estritamente dentro de um domínio ou outro[12].

---

[7] DARNTON, Robert. "História intelectual e cultural". In *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo, Companhia de Bolso, 2010 [1990], p. 219.
[8] JAY, Martin. "El enfoque textual de la historia intelectual". In *Campos de fuerza*. Entre la historia intelectual y la crítica cultural. Buenos Aires; Barcelona; Ciudad de México, Paidós, 2003, p. 294.
[9] ALTAMIRANO, Carlos. "Idéias para um programa de História Intelectual". In *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 2007, Vol. 19, nº 1, p. 9.
[10] HAHN, Fábio A. "História Intelectual: uma nova perspectiva". In *História e-história*, 2007, Vol. 20. Disponível em: https://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=36. Acesso em 15 jul. 2012.
[11] WICKBERG, Daniel. "Intellectual History vs. the Social History of Intellectuals". In *Rethinking History*. The Journal of Theory and Practice. London, 2001, Vol. 5, nº 3, p. 394.
[12] IGO, Sarah E. "Reply to Daniel Wickberg". In *Historically Speaking*. Baltimore, 2009, Vol. 10, nº 4, p. 19.

A fim de cumprirmos com o objetivo de investigar o campo da História Intelectual no Paraná entre 2005 e 2015, não havia possibilidade senão a de estabelecermos uma definição que nos servisse de norte. Para tanto, privilegiamos um conceito de História Intelectual pautado no balizamento dos objetos que caracterizam a área, reconhecendo que não há aportes teóricos e metodológicos específicos capazes de delimitá-la. Assim, estudiosos como Carlos Altamirano, trazendo à tona argumentos formulados por Dominick LaCapra, argumentam que a História Intelectual privilegia "os fatos do discurso", uma vez que "proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado"[13]. Já Carlos Armani defende que o "objetivo principal" da História Intelectual seria o de "compreender um texto em sua historicidade"[14]. Estudiosos como Dominique Margairaz e Claude Moatti diferenciam a História Intelectual da "história das mentalidades" (cujos objetos são definidos nos termos do "inconsciente e da transhistoricidade") e da "história das ideias" (cujo eixo são as obras consideradas "canônicas"). Para ambos, a História Intelectual se caracteriza tanto como o estudo das disciplinas culturais (filosofia, historiografia, literatura, entre outras) quanto "pelo estudo das tradições intelectuais, das filiações" existentes entre os sujeitos e assim por diante[15].

Levando-se tudo isso em conta, a definição que adotamos se pauta sobre dois aspectos. A História Intelectual se volta, utilizando-se das palavras de Sonia Lacerda e Teresa C. Kirschner, para

> [...] todas as espécies de estudos históricos concernentes a obras, doutrinas, formas de pensar, tradições de saber, movimentos etc. na esfera erudita da cultura, diferenciando-os assim das pesquisas de mentalidade, do imaginário, dos processos culturais simbólicos e das dimensões sociais da cultura, que constituem outras tantas especializações[16].

Lacerda e Kirschner nos oferecem uma definição em que salientam a existência de objetos próprios da História Intelectual, distinguindo-a da História Cultural e/ou da Cultura, campo com que a História Intelectual mantém íntimo diálogo. No entanto, cabe salientar que discordamos cabalmente da noção de que a História Intelectual se restringe à "esfera erudita da cultura": se trata de uma compreensão muito estrita de "intelectual" ou mesmo de "atividade intelectual". À guisa de ilustração, nos termos de Lacerda e Kirschner, a produção de escritoras como Cora Coralina (1889-1985) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977) não seria contemplada pela História Intelectual, pois escapam à "alta cultura letrada", situação com a qual não podemos assentir.

[13] ALTAMIRANO, op. cit., p. 10.
[14] ARMANI, Carlos H. "História intelectual e redes contextuais". In *Anos 90*, Porto Alegre, 2013, Vol. 20, nº 37, p. 148.
[15] MARGAIRAZ, Dominique; MOATTI, Claude. "L'histoire intellectuelle: quelques problèmes". In *Hypothéses*, Paris, 1998, Vol. 1, nº 1, pp. 177-178.
[16] LACERDA, Sonia; KIRSCHNER, Tereza C. "Tradição intelectual e espaço historiográfico ou porque dar atenção aos clássicos". In LOPES, Marcos A. (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo, Contexto, 2003, p. 29.

Nesse sentido, partimos da definição efetuada por Lacerda e Kirschner, modificando-a, porém. Para tanto, a complementamos com aquilo que Sara Albieri (2013) estabelece: "as condições discursivas de produção, circulação e transmissão de ideias são os objetos privilegiados da História Intelectual", de forma que "seus pesquisadores constroem objetos e problemas tomando como fontes preferenciais textos, conceitos e teorias"[17]. Adotamos um sentido menos lato de "texto", para não corrermos o risco de considerar todo tipo de objeto como "textual" ou "narrativo". Portanto, entendemos que os objetos da História Intelectual concernem a obras escritas, que resultam de atividade mental/intelectual dotada de complexidade – o que faz com que inúmeras manifestações por escrito, como um anúncio isolado em um jornal ou uma propaganda eleitoral impressa, para nos limitarmos a apenas dois exemplos, sejam excluídos de nossa proposição.

Aprimorando ainda mais a proposta, podemos pensar em termos de "formas intelectuais", materializadas por escrito, o que faz com que a História Intelectual corresponda a "uma abordagem histórica" acerca "das formas de pensamento de uma dada época: formas de conceitualização, de organização, de comunicação"[18], algo que segue a mesma trilha aberta por Albieri, que enfatiza os mecanismos de "produção, circulação e transmissão" das "formas intelectuais".

Por conseguinte, é possível distinguir duas correntes que norteiam os estudos empreendidos no âmbito da História Intelectual: por um lado, trabalhos que se dedicam a uma "história do pensamento", voltada às manifestações e instanciações daquele (isto é, ideias, linguagens, textos, ideologias, significados e representações culturais); por outro, estudos relativos a uma "história social dos intelectuais", que abarca a biografia intelectual, a história das instituições (universidades, grupos profissionais, revistas), grupos editoriais (ou seja, a "história da vida intelectual")[19].

Para concluirmos esse apontamento inicial, destaquemos que, embora Margairaz e Moatti procurem salientar que a História Intelectual corresponde a uma "abordagem" particular, na própria definição que oferecem emerge com mais força a perspectiva de que o campo se caracteriza mais em razão de determinados objetos ("formas de pensamento de uma dada época") do que em função de procedimentos para se interrogar o passado. Desta forma, ao definirmos que a História Intelectual se volta para textos/obras escritas, a busca por investigar o campo no cenário acadêmico paranaense fez com que excluíssemos pesquisas que lidavam com cinema, música, artes visuais e etc. Ainda que se

[17] ALBIERI, Sara. Site do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. História Intelectual: ideias, conceitos, contextos (Simpósio 081). Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1068. Acesso em: 05 de fevereiro de 2018.
[18] Cf. MARGAIRAZ; MOATTI, op. cit., p. 179.
[19] Para tanto, ver WICKBERG, op. cit., pp. 383-384.

trate, é mais do que evidente, de objetos que resultam de atividade intelectual, são temáticas que são mais afeitas a campos da História que já possuem referenciais específicos[20].

Vale lembrar que o único estudo até então dedicado à questão da História Intelectual que tem o território paranaense como foco (sobre o qual se fala e/ou a partir do qual se fala) – o livro *Ensaios de Sociologia e História Intelectual do Paraná* (2009), organizado por Márcio de Oliveira e José Szwako – adota postura distinta da nossa (algo que se explica, entre outros, pelo fato de se tratar de coletânea que reúne trabalhos ligados à "sociologia do campo intelectual"). Seja como for, tal diversidade exemplifica toda a riqueza que caracteriza a História Intelectual produzida por estudiosos vinculados às instituições paranaenses e, ao mesmo tempo, a vitalidade da pesquisa ora apresentada, que não encontra paralelo dentro da produção historiográfica regional e mesmo nacional.

O mapeamento do campo: procedimentos.

Partindo dessa definição, convém esclarecer dois pontos. Primeiramente, procedeu-se com um levantamento de dados, no segundo semestre de 2017, a partir da Plataforma Lattes: foram identificados todos os docentes efetivos, com titulação de doutor e formação pós-graduada em História, que atuaram em cursos presenciais de graduação em História nas universidades paranaenses entre 2005 e 2015. A efetividade na função docente e o título de doutor foram adotados como parâmetros pois configuram os elementos básicos para a nucleação de grupos e projetos de pesquisa.

Ademais, as balizas cronológicas dizem respeito às possibilidades de nucleação. Pode-se afirmar que, nos anos de 2005 a 2015, observa-se a efetiva interiorização do processo de verticalização vivenciado pela área de História no estado do Paraná. Se, ao final do século passado, a oferta de vagas em pós-graduação stricto sensu em História limitava-se à Universidade Federal do Paraná (UFPR) – e, portanto, à capital, Curitiba –, a partir de 2005 o curso de Mestrado passou a funcionar em Maringá (Universidade Estadual de Maringá – UEM) e houve autorização para o curso em Marechal Cândido Rondon (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste)[21].

Tal fenômeno, nos anos posteriores, também abarcará outras universidades estaduais espalhadas pelo interior do estado. Igualmente, em 2015 passou a funcionar, também nas instituições estaduais indicadas no parágrafo anterior, cursos de Doutorado em História. Significa dizer que esse processo de verticalização guarda alguma relação com a ampliação do número de docentes a compor o quadro de servidores efetivos das instituições públicas paranaenses. Além disso, a atuação dos professores nos novos Programas de Pós-Graduação tornou possível não somente a produção de

[20] Isto faz com que a definição de História Intelectual sublinhada siga a trilha aberta por estudos que podem ser considerados como referência em nosso país, como é o caso da coletânea *Grandes nomes da História Intelectual* (2003), organizada por Marcos A. Lopes, cujos capítulos se voltam exclusivamente para a investigação de textos escritos.

[21] Desconsidera-se o Programa Interinstitucional UFF/Unioeste (vigente entre 2001 e 2005), assim como o Mestrado ofertado em conjunto por UEL e UEM no começo desse século, visto que ambas as iniciativas não tiveram continuidade.

pesquisas vinculadas ao campo da História Intelectual, mas também a orientação de novas pesquisas (no caso das universidades estaduais, referimo-nos à orientação de dissertações de Mestrado dentro do recorte temporal supracitado e, no que tange à UFPR, de teses de Doutorado também).

Assim, o levantamento de informações supramencionado voltou-se para onze universidades: além das já mencionadas UEM, UFPR e Unioeste, foram selecionados os departamentos/colegiados de História das Universidades Estaduais de Londrina (UEL, em Londrina), do Centro-Oeste (Unicentro, em Guarapuava e Irati), de Ponta Grossa (UEPG), do Norte Pioneiro (UENP, em Jacarezinho) e do Paraná (Unespar, nos municípios de Campo Mourão, Paranavaí, Paranaguá e União da Vitória). O mesmo vale para a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila, em Foz do Iguaçu). No tocante às instituições particulares, o foco recaiu sobre a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR, em Curitiba) e a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP, também sediada na capital); embora tais universidades privadas não disponham de programas de pós-graduação stricto sensu em História, ofertam cursos de graduação na área há muito tempo.

Tendo por base tais critérios, realizamos um levantamento preliminar que nos conduziu a listar 58 pesquisadores. A esse grupo, somar-se-iam outros 07 indivíduos, que se enquadravam em outras condições: isto é, possuíam formação acadêmica na área de História, mas vinculavam-se a departamentos/colegiados outros que não o de História. A partir desse universo de 65 nomes, passamos a analisar a produção bibliográfica desse grupo, com vistas a identificar nomes cujos trabalhos fossem entendidos como inseridos no campo da História Intelectual. Escolhemos também alguns pesquisadores cuja produção apenas tangencialmente se relacionava com a História Intelectual, a fim de que porventura mantivéssemos contato com profissionais que, ainda que eventualmente não reconhecessem a si mesmos como praticantes da História Intelectual, poderiam problematizar o campo a partir de outros vieses (como o da História Cultural, por exemplo).

Deste modo, foram identificados 36 historiadores e historiadoras com produção pertinente à História Intelectual ou que mantinham alguma afinidade com ela. Sendo assim, das instituições federais, enumeram-se 10 professores, sendo que 09 atuavam na UFPR (dos quais um também lecionou na UTP durante parcela daquele período) e outro na Unila. No tocante às universidades estaduais, temos um total de 22 docentes, institucionalmente divididos da seguinte forma: 05 da UEL, 05 da UEM, 01 da UENP, 04 da UEPG – dos quais um atuou em parte do período na UTP –, 03 da Unicentro (um pesquisador lotado no campus de Irati e os demais em Guarapuava, dos quais um lecionou também na Unioeste), 03 da Unioeste, 01 da Unespar (campus de Campo Mourão). Por fim, 04 docentes estavam vinculados a instituições particulares, sendo 02 na PUC/PR e outros 02 na UTP.

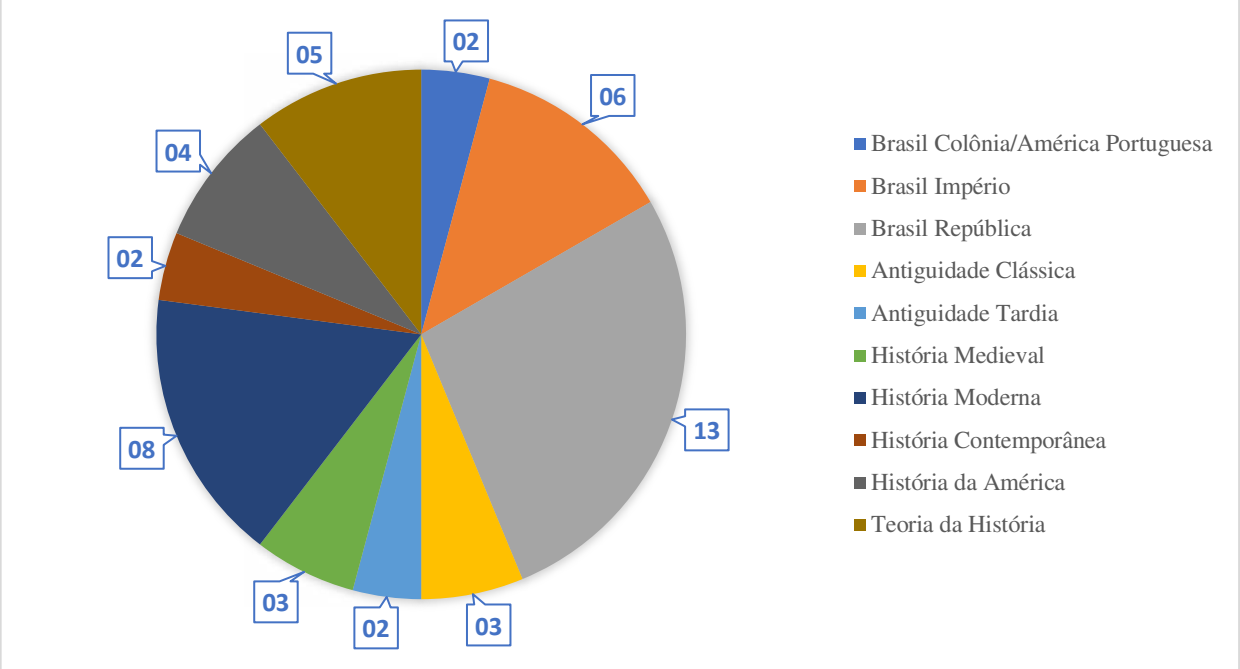
Foi possível entrevistar 23 desses 36 pesquisadores (além de recebermos questionários respondidos por outros dois docentes)[22]. Para empreender tais entrevistas, à guisa do que propõem Júlia S. Matos e Adriana K. de Senna, nos norteamos a partir do método semi-dirigido, isto é, formulamos um roteiro prévio, o qual foi enviado previamente aos entrevistados. Entretanto, o roteiro não configurava uma camisa de força, de modo que, durante a realização das entrevistas, procuramos valorizar a "fala única da testemunha"[23]. No que tange ao roteiro em si, adotamos o procedimento indicado por Verena Alberti: ou seja, embora houvesse um instrumento prévio a nos guiar, tomamos notas particulares ("biográficas") a respeito de cada entrevistado, como se configurassem "roteiros individuais", específicos para cada entrevista[24]. O diálogo mantido com 25 desses docentes, somado aos dados outrora levantados, ilustra a diversidade acadêmica, institucional e geracional que visávamos observar no tocante ao campo da História Intelectual no Paraná dentro do recorte temporal estabelecido, permitindo-nos tecer algumas considerações sobre o tema, tal como se lê a seguir.

A História Intelectual no Paraná no século XXI: temas e áreas de interesse.

A sistematização das informações obtidas a partir dos currículos Lattes dos 36 docentes tornou possível apontar as "subáreas" e os temas mais específicos subjacentes às pesquisas por eles desenvolvidas entre os anos de 2005 e 2015. Em primeiro lugar, podemos agrupá-los a partir das tradicionais divisões cronológicas da História. Em que pese todo o rol de críticas que pode ser assinalado em relação a tais balizas, fato é que eles permanecem operantes, tal como se verifica nas grades curriculares dos cursos de graduação em História oferecidos no Paraná e, igualmente, nos descritores empregados pelos próprios docentes ao identificarem a si mesmos nos currículos Lattes. Logo, foi possível gerar "uma sequência de nomenclaturas sintetizadoras"[25] acerca dos estudos empreendidos pelos docentes analisados, como se nota no gráfico abaixo:

[22] O presente texto apresenta apenas as entrevistas mais significativas para a sua elaboração. Além disso, nem todos os profissionais selecionados puderam ser entrevistados, por diversas razões (cancelamento da entrevista por parte do pesquisador, ausência de retorno aos contatos mantidos pelos autores, dificuldades de agendamento, entre outros).
[23] MATOS, Júlia S.; SENNA, Adriana K. "História oral como fonte: problemas e métodos" In *Historiae*, Rio Grande, 2011, Vol. 2, nº 1, p. 104.
[24] ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2005, p. 92.
[25] Tomamos de empréstimo o termo tal como se encontra em SANTOS, Dominique; KOLV, Graziele; NAZÁRIO, Juliano J. "O ensino e a pesquisa em História Antiga no Brasil: reflexões a partir dos dados da Plataforma Lattes". In *Mare Nostrum*, São Paulo, 2017, Vol. 8, nº 8, p. 129.

Gráfico 1: Demonstrativo das subáreas temáticas segundo identificação docente



Nota: Alguns docentes informaram mais de uma subárea, razão pela qual tem-se 48 identificações dentro do rol de 36 pesquisadores.
Fonte: Plataforma Lattes, cujos currículos foram acessados entre os meses de agosto e outubro de 2017.

Ressalte-se que, a fim de não alargar essa classificação mais genérica, incluímos os pesquisadores identificados com o campo da "História Local/Regional" dentro do indicador "Brasil República". Na somatória das áreas de "História do Brasil", podem ser listados 21 docentes (que perfazem 43.75% do total de descritores contidos no Gráfico 1). "História Antiga" e "História Medieval", se consideradas em conjunto, somam 08 profissionais, que equivalem a 16.65% do total. Por sua vez, "História Moderna" e "História Contemporânea" englobam 10 docentes, ou 20.80%. Finalmente, "História da América" encampa 04 pesquisadores (8.30%), ao passo que "Teoria da História" figura como área a qual se vinculam 05 docentes (ou 10.50% do total).

Quanto aos temas/eixos temáticos mais recorrentes, nota-se grande pulverização. Partimos do texto inicial que cada docente publicou em seus currículos Lattes, em que, via de regra, todo pesquisador aponta "temas" ou "áreas" de interesse, seguindo padrão estabelecido pela própria Plataforma Lattes e que, ao mesmo tempo, permite que se apresente e se identifique perante os pares. Novamente, o número de temas é muito superior ao de docentes, uma vez que todos os profissionais listam os interesses que lhe são afetos e que são, pois, múltiplos. Procuramos selecionar os temas que mantivessem maior relação com a produção bibliográfica publicada no período de 2005 a 2015. Igualmente, desconsideramos qualificativos de ordem cronológica ou que remetiam a um recorte temporal e espacial mais específico ("Movimentos literários na Primeira República", "Principado romano", "Brasil oitocentista" ou "História medieval portuguesa"), salvo quando se referiam a um

objeto muito específico ("Renascimento na Europa", por exemplo). Enfim, nesse caso os dados foram sistematizados tendo em mente eixos temáticos dotados de maior transversalidade.

Assim, o conjunto de unitermos "História Intelectual / história dos intelectuais / intelectuais" aparece 08 vezes; a mesma quantia é encontrada no que concerne a expressões como "movimentos literários / literatura / crítica literária". "Historiografia / historiografia romana / historiografia latino-americana" são informadas em 05 currículos. Na sequência, o conjunto de termos como "Pensamento político / história do pensamento político e social / história das ideias políticas" é registrado em 04 casos. Tal é o mesmo número de vezes em que identificamos termos como "instituições políticas / construção do Estado / poder / Estado e poder".

Por seu turno, em 03 ocasiões se constata a utilização dos seguintes conjuntos de expressões: "discursos médicos / história (das ciências) e da saúde / saúde pública"; "discursos e crenças religiosas / história das religiões" e, finalmente, "imprensa / jornalismo". Por 02 vezes, nota-se o emprego de unitermos como "história das Ciências Sociais / da Filosofia"; "pós-modernidade"; "história das ciências"; "cultura e/ou identidade locais"; "história das universidades / das instituições de ensino" e, finalmente, "nobreza medieval".

Outros termos foram observados de maneira isolada. São os casos de, por exemplo, "Foucault", "estudos greco-latinos na França", "monarquias romano-bárbaras", "cronistas indígenas", "movimento operário", "faxinais", "livro e história da leitura", "urbanismo", "prosopografia", "história da cartografia", "Renascimento e Humanismo na Europa", "Império colonial português", "história da violência e/ou criminalidade", "hegemonia" e "Maquiavel e sociedade moderna", entre outros.

Nesse sentido, compete destacar que a sistematização dos dados coletados na Plataforma Lattes reforça a perspectiva de que a História Intelectual se situa como campo tematicamente aberto e interdisciplinar. Isto se deve ao fato de que não há, a rigor, um *corpus* mais ou menos estabelecido de referenciais teóricos e metodológicos identificados com a História Intelectual *tout court*; esta, pois, apresenta contornos que podem ser mais bem delineados em razão de seu objeto do que por conta de aspectos teórico-metodológicos. À guisa de ilustração, entrevistados como Vanderlei S. de Souza chegam a definir o campo como "escorregadio", justamente em função da ausência de "[...] uma obra canônica; não há uma obra que seja inquestionável, no sentido assim, [de] uma obra consagrada... nós não tempos um [Edward Palmer] Thompson da História Intelectual" [26].

É possível reiterar ainda que tal filiação teórica mais específica não pode ser evidenciada na medida em que observamos outras falas que retratam perspectivas interdisciplinares do campo, tendo

[26] SOUZA, Vanderlei S. *Entrevista.* Pato Branco, 19 de outubro de 2018. O docente leciona na Unicentro desde 2013.

em vista os objetos de investigação. Marcella L. Guimarães destaca uma ótica plural ao referendar o diálogo com historiadores, filósofos e literatos em seus estudos de História e Literatura Medieval, ainda que reconhecendo a especificidade de cada área[27]. Pedro L. da Costa Neto, ao estudar o filósofo João Cruz Costa a partir de um viés marxista, problematiza o campo tanto dentro das vertentes do próprio marxismo – com interesse, sobretudo, em autores menos canônicos do leste europeu – quanto aproxima-se de um estreito diálogo entre a História e a Filosofia[28]. Já José R. B. Portella, ao desenvolver suas pesquisas em História das Ciências, a partir de literatura de viagem setecentista em ambientes do Império lusitano na África, reconhece a contribuição dos autores basilares da História Intelectual tais como Quentin Skinner, Dominique LaCapra e John Pocock[29].

É mister observar que há uma confluência do caráter interdisciplinar na fala dos entrevistados. Ao problematizar o campo, Erivan C. Karvat delineia um esforço de entendimento:

> [...] Neste sentido, é (deve ser) problema para a História Intelectual as relações que se colocam entre a produção das ideias (do pensamento, dos produtos intelectuais/culturais) e sua circulação na sociedade e os circunstanciamentos (sociais) que participam desta produção/circulação. Portanto, em meu entendimento, cabe a qualquer programa de História Intelectual focar as ideias e sua relação aos seus contextos de produção, transmissão, apropriação e circulação. Neste sentido, toda investigação em História Intelectual supõe discussões de natureza multidisciplinar e carrega consigo questões próximas à História Política e Cultural, posto que ideias e intelectuais devem balizados cultural e historicamente[30].

Por sua vez, Maria Renata da C. Duran nos ofereceu uma reflexão atinente ao cenário acadêmico em nosso país como um todo, algo que resvala, pois, na prática historiográfica. Afirma ela que a "História Intelectual só é possível com uma flexibilização do campo", considerando-se que, no Brasil, o intelectual sempre figurou como um "sujeito múltiplo". Citando como exemplo a situação que caracteriza os professores universitários no país, lembra ela que um mesmo docente tem de lecionar, pesquisar, orientar discentes, assumir cargos administrativos, trabalhar como editor, realizar atendimentos na área da saúde etc. Em suma, "a intelectualidade tem vários extratos", diz ela[31].

Ao refletir sobre seus estudos focados em intelectuais na área jurídica que atuavam na Curitiba da virada do século XIX para o XX, Clóvis M. Gruner assevera que uma das contribuições da História Intelectual é a de problematizar o fato de que

> [...] o intelectual não é apenas o intelectual confinado ao espaço acadêmico. A atuação do intelectual, e pra mim isso foi fundamental, ela é dispersa. Então, eu encontrei intelectuais em gabinetes de polícia [...], produzindo um discurso intelectual com um fim que era também prático, reportar a superiores atividades

[27] GUIMARÃES, Marcella L. *Entrevista*. Curitiba, 30 de outubro de 2018. A docente atua na UFPR desde 2006.
[28] COSTA NETO, Pedro L. *Entrevista*. Curitiba, 30 de outubro de 2018. Professor da UTP desde 2001.
[29] PORTELLA, José R. B. *Entrevista*. Curitiba, 31 de outubro de 2018. O docente leciona na UFPR desde 1993.
[30] KARVAT, Erivan C. *Questionário*. Respondido via e-mail, 13 de abril de 2020. Professor da UEPG desde 2010, atuou também na UTP de 1999 a 2011.
[31] DURAN, Maria R. C. *Entrevista*. Londrina, 03 de setembro de 2018. A docente leciona na UEL desde 2012.

> burocráticas. Então, também foi uma contribuição importante, mas eu acho que o fundamental é a historicidade; para mim, no meu campo de investigação, o fundamental é entender a historicidade desse discurso e dessa atuação intelectual, que tem muito a ver com [...] compreender que esses intelectuais, no meu caso juristas, criminologistas e penalogistas e, enfim, eles atuam dentro de uma historicidade que lhes é muito própria[32].

Claércio Ivan Schneider seguiu nessa mesma trilha ao aprofundar que "[...] O intelectual não apenas escreve, sobretudo lê. E por ler muito sempre está conectado com as questões do seu tempo e seus desdobramentos, interferindo, muitas vezes, na compreensão crítica do espaço público"[33].

Toda essa gama de observações nos conduz a destacar algo comum à História Intelectual, que envolve o seu conceito balizador ("intelectual"). Com isso, nos remetemos à questão do "batismo dos intelectuais", como aclarada por Helenice Rodrigues da Silva[34]. O substantivo "intelectual" ganhou corpo no idioma francês apenas em fins do século XIX, no contexto do "caso Dreyfus", a fim de designar (de forma pejorativa, cabe salientar) aqueles indivíduos ligados ao universo das letras, das artes e das ciências que se posicionaram publicamente a favor da revisão da pena imposta a Alfred Dreyfus, oficial do exército francês injustamente condenado em processo por traição em 1894-1895. Assim, o intelectual é aquele que, a partir de seu campo de atuação, age na arena pública, ao refletir sobre as questões da época em que vive e ao posicionar-se diante delas[35]. De modo similar, alguns pesquisadores interpretam a ação do intelectual em razão de uma prática política, mesmo quando da ausência do próprio termo em períodos pretéritos. Renan Frighetto corrobora tal ideia ao evidenciar que, na Antiguidade Tardia, um homem que acumula saber e consegue transmiti-lo, intervém "politicamente porque o intelectual [...] tem que, de certa maneira, ter algum tipo de atuação"[36].

Essa compreensão também emerge, embora indiretamente, na fala de outros entrevistados. Assim, Maria Renata da C. Duran assinalou que "esses primeiros intelectuais [...] que eu estudei, [...] nem se denominariam intelectuais, mas eles [...] se autodenominam como *intelligentsia*", referindo-se, pois, a oradores e retóricos das primeiras décadas do século XIX no Brasil[37]. Célia R. da Silveira caminha na mesma direção: Júlio Ribeiro, escritor brasileiro das décadas finais dos oitocentos, cuja obra a pesquisadora investigou em vários trabalhos, é definido por ela como "homem de letras",

[32] GRUNER, Clóvis M. *Entrevista*. Curitiba, 30 de outubro de 2018. O docente atua UFPR desde 2013. Entre 2000 e 2013, lecionou na UTP.
[33] SCHNEIDER, Claércio I. *Questionário*. Respondido via e-mail, 13 de abril de 2020. Professor da Unicentro entre 2010 e 2017.
[34] SILVA, Helenice R. *Fragmentos da História Intelectual*. Entre questionamentos e perspectivas. Campinas, Papirus, 2002, p. 14.
[35] SILVA, Helenice R. *Fragmentos da História Intelectual*, op. cit., p. 15.
[36] FRIGHETTO, Renan. *Entrevista*. Curitiba, 30 de outubro de 2018. O docente trabalha na UFPR desde 1997.
[37] DURAN, Maria R. C. *Entrevista*, op. cit.

"jornalista", "romancista", mas não como "intelectual"[38]. De igual modo, Andrea C. Doré, ao vislumbrar aproximações com o campo e a fluidez de suas definições ao estudar autoria na produção cartográfica no mundo ibérico do século XV, reitera que o termo "intelectual" não se mostra presente no escopo documental, reconhecendo-os enquanto "humanistas", "homens de letras", "cosmógrafos". Porém, quando observa a intencionalidade das obras, enfatiza que "a ideia por trás é essa mesmo, é entender que são autores, que são agentes de alguma coisa"[39]. Compete mencionar também Alexandro Neundorf que, ao referir-se à sua pesquisa de Mestrado, destaca que analisou a construção de uma identidade paranaense a partir de certas personalidades locais que eram essencialmente personalidades políticas, mas que a seu ver compunham também um tipo de "agência intelectual" [40].

Para além de uma prática de atuação do intelectual, mas questionando ainda o campo de estudo, Rafael F. Benthien apresenta uma assertiva instigante:

> [...] esse rótulo, como qualquer rótulo disciplinar, nesse caso subdisciplinar, está relacionado a tensões entre os historiadores, ou seja, existem grupos distintos que se apropriam desses rótulos e dão sentido a eles os mais diversos possíveis. [...] mas quando eu penso em história intelectual eu penso nos termos mais vagos possíveis, o que torna também a possibilidade de eu ser rotulado, algo não problemático. Pra mim, história intelectual é tudo aquilo que o intelecto humano pode produzir, então eu não penso isso numa chave mais específica, eu não tenho nenhuma definição mais concreta do que esse rótulo possa significar. [...] Eu não penso a história intelectual como sendo necessariamente uma história dos intelectuais nesse sentido específico do termo. Eu penso nela como algo mais vago, para caber todas essas tensões e para transformá-la justamente em um objeto de reflexão, e não em uma resposta[41].

Em resumo, o conceito de "intelectual" pode ser uma formulação contemporânea, ampla; no entanto, reconhece-se a existência da prática intelectual em diferentes épocas e lugares – algo que, a nosso ver, legitima o emprego do termo.

Reflexões sobre "um novo campo da História" a partir dos pesquisadores que atuam no Paraná.

Reinhart Koselleck costumava destacar, ao referir-se à "História dos conceitos" (*Begriffsgeschichte*), o descompasso comumente observado entre uma dada experiência histórica e a construção de um conceito "(...) capaz de ser pensad[o] como referente" daquela. Dentro do conjunto de objetos privilegiados pela "História dos conceitos" koselleckiana, encontra-se a tentativa de se identificar a partir de quando (ou seja, de qual lugar e época) "um conceito tornou-se fruto de uma teorização", isto é, quanto tempo decorreu para que um fato linguístico, para além de um entendimento reflexivo, dispusesse de caráter abstrato o suficiente para que determinada realidade histórica – uma prática, em

[38] SILVEIRA, Célia R. *Entrevista*. Londrina, 04 de setembro de 2018. Professora da UEL desde 2001.
[39] DORÉ, Andrea C. *Entrevista*. Curitiba, 29 de outubro de 2018. A docente leciona na UFPR desde 2013.
[40] NEUNDORF, Alexandro. *Entrevista*. Curitiba, 31 de outubro de 2018. O docente atua na PUC/PR desde 2013.
[41] BENTHIEN, Rafael F. *Entrevista*. Curitiba, 31 de outubro de 2018. Professor da UFPR desde 2013.

suma – pudesse ser pensada por meio dele; ao mesmo tempo, a formulação de um conceito, "em termos de possibilidade", estimula o indivíduo a "atuar sobre a realidade de forma concreta"[42].

Podemos transpor descompasso entre a abstração e a prática para a investigação da qual nos ocupamos. O levantamento prévio por nós realizado a respeito da produção bibliográfica empreendida por historiadores e historiadoras vinculadas às universidades paranaenses entre 2005 e 2015 evidencia que o campo da História Intelectual ocupa espaço importante em meio aos cursos de graduação e pós-graduação em História ofertados no Paraná. Entretanto, ao entrevistarmos os pesquisadores previamente avaliados como os mais representativos do campo, o cenário se inverteu: poucos foram aqueles que reconheceram a si mesmos como praticantes de uma história intelectual (tal foi o caso de Alexandro Neundorf, Claércio I. Schneider, Erivan C. Karvat, Marcella L. Guimarães, Pedro L. da Costa Neto, Rafael F. Benthien, Renan Frighetto e Vanderlei S. de Souza, para não mencionar dois dos integrantes do projeto (Marcos L. Ehrhardt e Moisés Antiqueira).

Faz-se preciso assinalar que nosso estudo jamais teve por objetivo impor determinado qualificativo aos colegas que atuam na área, mas, antes, propor reflexões acerca da situação da História Intelectual, como praticada no Paraná no século XXI. Os diálogos mantidos com os pesquisadores conduz-nos à conclusão de que a maior parte dos entrevistados vinculava-se à História Intelectual em função de objeto de pesquisa; contudo, não se identificavam como pesquisadores com atuação nos meandros da História Intelectual por não conferirem à área um nível de "autonomização" que enxergam em outros campos do conhecimento histórico e, sobremaneira, por a definirem a partir de concepções que se confundem, via de regra, com a antiga e tradicional noção de "história das ideias" que tinha por alvo, quase que exclusivamente, os grandes autores e obras, tidas por "canônicas", que figuram no interior da produção científica, literária ou artística em dada época e lugar. Por exemplo, instado a refletir sobre o que seria a História Intelectual, Gabriel Giannattasio assinala a questão nos seguintes termos:

> [...] ao longo do século passado e início desse século, eu tenho a impressão de que a História Intelectual [...] caiu num certo ponto, até um certo ponto num determinado ostracismo [...] porque normalmente a História Intelectual é definida como o estudo do pensamento dos grandes pensadores.
>
> Por outro lado, dizer que a gente, dizer que nós fazemos História Intelectual ou história do pensamento hoje, não significa dizer que nós fazemos a História Intelectual, do pensamento, como se fazia até o século XIX ou o começo do século XX[43].

[42] KOSELLECK, Reinhart. "Uma história dos conceitos. Problemas teóricos e práticos". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992, Vol. 5, nº 10, p. 136.
[43] GIANNATTASIO, Gabriel. *Entrevista*. Londrina, 03 de setembro de 2018. O docente leciona na UEL desde 1994.

Tais comentários tocam em um ponto fundamental. A História Intelectual, atualmente, não deve negligenciar a realidade sociocultural específica em que um produto intelectual emergiu, circulou, foi ressignificado e transmitido. Como salienta Erivan C. Karvat:

> É necessário lembrar que a História Intelectual insurge contra determinadas concepções de história que priorizavam o estudo das chamadas ideias (e seus autores) e que, muitas vezes, acabava por dar um tratamento pouco histórico a estes mesmos problemas; "pouco histórico", aqui, no sentido de descuidar-se das relações postas entre ideias e sociedade ou entre produtores de ideias e instituições (sociais)[44].

Em suma, os praticantes da História Intelectual no século XXI recusam formas de investigação em que as "ideias" muitas vezes são problematizadas como que apartadas de seu contexto histórico em que foram engendradas. Outro exemplo interessante sobre esta questão é fornecido por Adriana Mocelim. Embora não se reconheça, propriamente dito, dentro da História Intelectual, considera aproximações com a área. Suas pesquisas de mestrado e doutorado em História Medieval, contemplando o estudo da obra do nobre português Pedro de Barcelos, instigam a autora à seguinte reflexão:

> Eu acho que se a gente for pensar no Conde Pedro de Barcelos né, ele não é uma figura do meio religioso pra aquele momento, ele é alguém que vive numa nobreza e nesse momento você tem um fortalecimento desses grupos, ou de parcela enfim do grupo nobiliárquico que produz textos e que divulgam essas ideias. Então se a gente pensar numa análise dessa personagem dentro do contexto dela enquanto produtor de obras, enquanto produtor de referências e que de certa maneira a gente não pode colocar como um intelectual porque ele não é um intelectual naquele momento por que o conceito não havia, mas se a gente for pensar num estudo dele, dentro do período em que ele vive, do seu contexto, eu acho que a gente tem contato sim com uma história intelectual enfim, acho que são elementos, não que eu tenha uma vinculação de formação propriamente dita enquanto trajetória acadêmica de vincular-me diretamente com algum autor, um ícone da história intelectual, mas o trabalho que eu faço analisando esse personagem ele acaba tendo contato sim[45].

Por sua vez, Priscila P. Vieira também aponta para as já citadas indefinições do campo da História Intelectual. A partir de sua formação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a historiadora desenvolve estudos contemplando os conceitos de história e verdade na obra de Michel Foucault. A respeito de seu posicionamento sobre pertencer ou não à História Intelectual, revela:

> Se você fosse me perguntar para me definir eu não diria que eu faço uma história intelectual justamente sobre os senões que muitos já me colocaram: "ah, isso não é uma história intelectual, é Filosofia, isso não é nem História". Então, eu fui me distanciando um pouco dessas definições muito mais também por conta das barreiras que me foram colocadas pra me autodenominar como história intelectual, né... e há todo um campo em desenvolvimento, extremamente importante, mas que não conversa com as reflexões de história intelectual"[46].

[44] KARVAT, Erivan C. *Questionário*, op. cit.
[45] MOCELIM, Adriana. *Entrevista*. Curitiba, 31 de outubro de 2018. Professora da PUC/PR desde 2010.
[46] VIEIRA, Priscila P. *Entrevista*. Curitiba, 30 de outubro de 2019. Docente atua na UFPR desde 2015.

Contata-se, pois, que a História Intelectual, nos termos definidos na parte introdutória desse artigo, se depara com algumas resistências em função de ainda estar associada a conceptualizações que não traduzem a prática tal como se afigura atualmente. Se trata, portanto, de um desafio a ser encarado pelos historiadores que se identificam com o campo. A História Intelectual, neste sentido, se situa ainda como um "novo campo da História", que jamais poderá ser delimitado por balizas fixas.

Diante desse cenário ainda em construção, chama a atenção a existência de lugares formalizados para a realização de pesquisas em História Intelectual, nos meandros da estrutura institucional das universidades, funcionando, por conseguinte, como pontos de nucleação. Nesses termos, podemos citar o Grupo de Pesquisa (CNPq) "História Intelectual e Historiografia" da Unioeste, criado em 2008 – cujo Laboratório decorrente passou a funcionar em 2015; o Grupo de Pesquisa (CNPq) "Intelectuais, discursos e instituições", criado na UEPG em 2012 e vinculado ao Núcleo de História Intelectual existente na mesma instituição; e, igualmente, o Laboratório de "História Intelectual e História das Ciências", que surge no ano de 2014 na Unicentro/campus Santa Cruz (Guarapuava). O mesmo pode ser dito a respeito dos processos de verticalização: a existência de Linhas de Pesquisa operantes em Programas de Pós-Graduação stricto sensu – caso da Linha "Instituições e História das Ideias" (UEM), que vigorou justamente até o ano de 2015 – resultou em produção e orientação de trabalhos versados em História Intelectual (ainda que, eventualmente, nem todo docente associado a essas Linhas de Pesquisa conceba seus estudos dentro da área)[47].

Com isso, afirmamos que a existência de grupos e espaços institucionalizados dedicados à História Intelectual conformam a prática historiadora e a identidade do historiador. Por exemplo, o Grupo de Pesquisa "História Intelectual e Historiografia" da Unioeste tornou possível que docentes como Moisés Antiqueira, ao tomar parte do grupo em 2013, enxergassem suas pesquisas alinhadas a preceitos-chave para o campo, tal como os conceitos de "autoria" e de "evento intelectual". Algo semelhante se nota mesmo nos casos em que o pesquisador não se reconhece necessariamente como pertencente ao campo, como Renata L. B. Venturini. O então pertencimento à Linha de Pesquisa (atualmente desativada) "Instituições e História das Ideias", no Programa de Pós-Graduação em História da UEM, conduziu a docente a lidar com questões relacionadas ao campo, lecionando disciplina (sobre "História e intelectuais") em que problematizava a produção intelectual de literatos da Antiguidade romana, como Sêneca, enquanto "formador[es] de opinião no seu tempo" [48]. Outro

[47] Seria necessário realizar um estudo específico a fim de se observar o impacto (em termos quantitativos e qualitativos) que esses espaços de nucleação exerceram no que tange às pesquisas de iniciação científica/monografia de graduação, de dissertações de mestrado e de teses de doutorado levadas a cabo na área da História, dentro do estado do Paraná.
[48] VENTURINI, Renata L. B. *Entrevista*. Maringá, 06 de setembro de 2018. A docente leciona na UEM desde 1993.

exemplo semelhante vem de Fátima R. Fernandes. Como membro da Linha de Pesquisa "Cultura e Poder", do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, ressaltou que esteve em contato com debates da História Intelectual, especialmente através da atuação, na mesma Linha, da historiadora Helenice R. da Silva. Embora afirme que não deixa de "ter que tanger nessas categorias medievais de homens que se encaixam num perfil que nós poderíamos classificar hoje como intelectuais", destaca que não se insere formalmente na discussão sobre História Intelectual[49].

Pensando na trajetória de pesquisadores, enfatizando a questão da formação em pós-graduação, também é possível salientar que as relações de orientação podem condicionar o pesquisador a conceber-se dentro do campo da História Intelectual. Gabriel Giannattasio, por exemplo, ao tecer considerações sobre sua trajetória acadêmica, destaca os estudos realizados como pós-graduando na UFPR na década de 1990, sob orientação de Francisco Moraes Paz e Ana Maria Burmester. Acerca disso, afirma ele que, "a partir do doutorado, eu enveredo pra este campo que é o campo da História Intelectual, que eu chamo de História Intelectual ou História das Ideias [...]"[50].

O mesmo se nota com Vanderlei S. de Souza, que ressalta que desde o final da graduação, concluída em 2002, já se enveredava para o campo da História Intelectual, ainda que não houvesse professores que lidassem exatamente com a área na instituição em que ele se formou. O posterior ingresso como discente no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) inseriu-o diretamente nos estudos em História Intelectual, pois "tem um grupo de professores e pesquisadores lá que trabalham com a História Intelectual"[51]. Alexandro Neundorf também destacou o papel decisivo de sua orientadora, a já citada Helenice R. da Silva, em relação aos seus temas de trabalho e trajetória, da graduação ao doutorado, na UFPR. Nas palavras dele, o ingresso no campo se deu por causa da "[...] professora Helenice, [que] era uma pessoa, uma pesquisadora muito importante com várias obras né, principalmente artigos né, dentro desse campo, e que acabou influenciando também na minha perspectiva teórica e metodológica pra abordar os temas que pra mim me eram interessantes"[52].

O peso da trajetória profissional também se faz sentir. O caso do professor Luiz Felipe V. Moreira é significativo. Os estudos de pós-graduação que levou a cabo nos anos 1990 diziam respeito à história social argentina do final do século XIX e início do século XX. O ingresso do docente como servidor da UEM no início dos anos 2000 levou-o a, gradativamente, deixar de lado a história argentina em favor da paraguaia como foco de investigação. Porém, a mudança não foi somente de

[49] FERNANDES, Fátima R. *Entrevista*. Curitiba, 30 de outubro de 2018. Professora na UFPR desde 1998.
[50] GIANNATTASIO, Gabriel. *Entrevista*, op. cit.
[51] SOUZA, Vanderlei S. *Entrevista*, op. cit.
[52] NEUNDORF, Alexandro. *Entrevista*, op. cit.

ordem espacial: a historiografia praticada por ele demandava a consulta a arquivos e centros de documentação em cidades argentinas. A rotina mais intensa de afazeres e a proximidade geográfica com o Paraguai fizeram com que ocorresse o seguinte:

> Essa guinada [...] para a história paraguaia [se deu] porque, se ao longo dos trabalhos que envolveram a história argentina sempre foram mais de história social, né, porque eu sempre adorei trabalhar em arquivo, só que chegou agora essa etapa, quando houve uma guinada pra uma história paraguaia [porque] depender de arquivo era muito complicado pra mim. Então, assim, até me aproximar da história paraguaia, era primeiro pela historiografia, tu sempre se aproxima pela historiografia e depois os arquivos entram conforme tuas necessidades de pesquisa [...]"[53].

Assim, o entrevistado aclarou como passou a realizar pesquisas acerca de intelectuais paraguaios como Juan Emiliano O'Leary e Natalício González e toda uma corrente de revisionistas históricos no Paraguai dos anos 1920 e 1930. A fala do docente acima transcrita é bastante ilustrativa na medida em que nos permite enfatizar dois elementos acerca do panorama sobre a História Intelectual praticada no Paraná entre 2005 e 2015: por um lado, a aproximação com o campo historiográfico se dá em função do objeto. Algo que o pesquisador em questão deixa claro ao afirmar que, quando dessa alteração que promoveu em seu horizonte de pesquisa, a partir da primeira metade da década de 2000, seus referenciais "[...] se mesclam sempre, [...] porque, assim, eu trabalho com história intelectual? Sim, mas não como objeto fechado, né... [A pesquisa] envolve história e memória e também sempre tenta agregar aí, na medida do possível, a minha história social, né [...]"[54].

Por outro lado, a menção feita por Luiz Felipe V. Moreira aos arquivos se desdobra em questões de outra natureza. Considerando que se trata de uma abordagem histórica acerca das "formas intelectuais" – isto é, os modos a partir dos quais as variadas manifestações do pensamento e engenho humanos são conceitualizadas, organizadas e (re)transmitidas –, podemos nos interrogar se a área pode prescindir de um contato direto com as fontes, em sentido tátil. Em outras palavras, o historiador ligado à História Intelectual pode renunciar ao trabalho de campo, da busca pela documentação e sua posterior catalogação? Cabe enfatizar esse *pode renunciar*, uma vez que a realização de trabalhos de campo não consiste em algo alheio à área (basta recordar de casos em que o historiador lida com acervos pessoais de intelectuais, composto por cartas, textos inacabados e/ou não publicados etc.; ou, compete ressaltar a própria pesquisa por nós empreendida, pois que o recurso à história oral foi de fundamental relevância para esse estudo que pertence, pois, à História Intelectual...).

Seja como for, há pesquisas em História Intelectual que dispensam a materialidade da fonte. Isto é, não é necessário ter acesso direto ao suporte em que originalmente a "forma intelectual" a ser

[53] MOREIRA, Luiz F. V. *Entrevista*. Maringá, 05 de setembro de 2018. O docente leciona na UEM desde 2001.
[54] MOREIRA, Luiz F. V. Ibidem.

problematizada repousava por escrito. Tal condição, à guisa de ilustração, parece explicar em boa medida a razão pelo qual identificamos tantos antiquistas, atuando no Paraná, afeitos ao campo da História Intelectual[55]. A fala de Maria Renata da C. Duran, motivada por sua experiência de pesquisa quando do estágio pós-doutoral realizado na Universidade de Lisboa (2016-2018), dá vazão a perspectiva semelhante, ao cotejar o meio acadêmico brasileiro com o lusitano:

> Assim, os portugueses, sobretudo, eles têm essa pegada da cultura material, né... eles têm uma ligação com as evidências [...]; a nossa história, eu acho que é uma história muito mais intelectual e por várias razões [...]. Na Europa, a história, ela de fato é material, né... você tá circundado da materialidade do passado; aqui, a materialidade do passado, às vezes ela é [...] a artificialidade do passado, né?
>
> Tenho a impressão de que essa história intelectual no Brasil ela é forte, eu acho que ela é mais forte do que em outros lugares até assim, comparando sobretudo com Portugal, porque o brasileiro, o historiador brasileiro [...] ele tá mais acostumado à essa artificialidade do pensamento, então ele se aproxima mais dessa área, ele tem mais assim... não há restrições a uma pesquisa puramente historiográfica no Brasil [...][56].

As palavras da professora trazem à tona um elemento crucial. É possível reconhecer que os objetos relacionados à História Intelectual favorecem uma abordagem que prescinda da materialidade da documentação. O que não significa dizer que se trate de condição *sine qua non*. Podemos refletir que esta questão da materialidade da fonte, numa perspectiva citada como "europeia", e quiçá do objeto, pode ser encontrada em outras falas em referência às diferenças do olhar delimitador do campo, tendo em vista uma comparação entre práticas (estadunidenses e latino-americanas, por exemplo). Renan Frighetto chama a atenção, ainda, para o fato de que o campo pode ser definido de diferentes maneiras e em função de diferentes contextos, espaços e instituições. Ao exemplificar seus conceitos sobre os "homens de saber ou homens de ação que [...] estão agindo a todo momento, onde nós temos um estado permanente de conflito", destaca uma recepção positiva no Brasil e na América Latina, mas com alguma resistência na Europa: "Eles acham que aí a gente tá tornando essa discussão muito sociológica, muito de ciência política sabe, então existem essas barreiras que a academia europeia às vezes impõe"[57].

Ou seja, ao que parece o acesso ou não a materialidade do objeto impacta na forma de delimitação do campo. Pedro L. da Costa Neto adiciona uma reflexão ao debate, que parte do

[55] Por exemplo, no site do Grupo de Trabalho em História Antiga (GTHA-ANPUH) em abril de 2020, encontramos listados 12 docentes atuando na área de História Antiga em instituições de ensino superior paranaenses no ano de 2020. Para tanto, acessar https://www.gtantiga.com/historia-antiga-em-seu-estado-1. Desse montante, 07 professores doutores já trabalhavam como servidores efetivos em diferentes universidades do estado entre os anos de 2005 e 2015. Dos 07 professores mencionados, 04 mantêm relação com o campo da História Intelectual – ou seja, 57.20% do total.
[56] DURAN, Maria R. C. *Entrevista*, op. cit.
[57] FRIGHETTO, Renan. *Entrevista*, op. cit.

reconhecimento de uma escrita da história em lugares considerados menores e em ambientes tidos como periféricos (em relação à Europa), e que isto impacta tanto no olhar quanto na escolha do fazer-se a investigação, muitas vezes no reconhecimento do *corpus* documental[58]. Por fim, Erivan C. Karvat complexifica a questão, com perspectivas da própria renovação do campo, quando problematiza:

> [...] acerca da produção intelectual realizada em áreas que denomino periféricas, ou seja, aquela produção (de ideias) que nos remete aos chamados "homens de letras", "diletantes", "intelectuais locais ou regionais" e a relação desta produção com os centros de pesquisa e/ou universidades e com "intelectuais estabelecidos". A problematização em torno desta produção abre para questões que se referem à própria escrita de uma história intelectual no Brasil, bem como sobre a institucionalização das ideias e/ou sua canonização e, não menos – e principalmente – sobre a divulgação, circulação e rotinização das ideias e, por efeito, sobre o papel politico que intelectuais e ideias detêm em seu tempo e contexto[59].

A trajetória de outros entrevistados nos auxilia a ampliar o debate. Assim, por exemplo, Vanderlei S. de Souza recordou que, quando das pesquisas relativas ao seu doutoramento em fins da década de 2000, pautados nas obras de Edgard Roquette-Pinto, teria vivenciado a seguinte experiência:

> [...] Eu tenho acesso a uma documentação fantástica na época, de um arquivo pessoal do Roquette-Pinto que ainda tava em tratamento pela Academia Brasileira de Letras e tive acesso a essa documentação, comecei a mexer nessa documentação; enfim, aí deu uma virada em minha pesquisa, eu abandonei... a eugenia deixou de ser o foco central e passei a analisar muito mais da produção intelectual do Edgard Roquette-Pinto [...]. Meu foco foi muito mais a análise da trajetória, da obra intelectual e do pensamento antropológico dele, a discussão sobre identidade nacional, raça, construção da nação [...][60].

O docente destaca que sua vinculação definitiva com a História Intelectual, secundarizando aspectos quiçá mais afeitos à História das Ciências propriamente dita – a despeito, pois, da dificuldade de se traçar uma linha divisória clara entre ambas as esferas –, se deu por causa do contato direto com a documentação primária produzida pelo intelectual que figurava como objeto de estudo. Já Célia R. da Silveira, reproduzindo um diálogo que havia mantido tempos atrás com uma colega (não nominada) do interior de São Paulo, atesta que, para a análise de um dos romances publicados por Júlio Ribeiro na segunda metade do século XIX, teria recomendado à colega em questão que fosse

> [...] procurar o folhetim, [pois] acho que é importante você ver [...] a primeira edição que tem no IEL [Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp], a primeira edição que foi publicada pela tipografia da Gazeta de Campinas, né... Então, eu acho importante você ter essa materialidade [...] da primeira edição ou então a opinião dos primeiros leitores, né, pra pensar ali na questão da estética da recepção[61].

[58] COSTA NETO, Pedro L. *Entrevista*, op. cit.
[59] KARVAT, Erivan C. *Questionário*, op. cit.,
[60] SOUZA, Vanderlei S. *Entrevista*, op. cit.
[61] SILVEIRA, Célia R. *Entrevista*, op. cit.

Finalmente, vale também salientar aquilo que Erivan C. Karvat expõe quanto a esse ponto. Diante da solicitação de que traçasse um balanço sobre sua trajetória acadêmica e profissional, o professor respondeu que, ao ingressar no Departamento de História da UEPG em 2010, deparou-se com o seguinte quadro:

> Em razão da demanda de orientação discente e diante do contato com o acervo do *Centro Cultural Euclides da Cunha*, instituição que existiu em Ponta Grossa entre 1948 e 1985 – e que congregava intelectuais locais e diletantes –, voltei-me à pesquisa com este acervo e suas fontes, problematizando temas vinculados à compreensão dos "intelectuais regionais" e sua produção, conservadorismo, identidade regional, bem como sobre debates suscitados por estes intelectuais e suas "leituras"[62].

Em síntese, temas de pesquisa e trajetórias acadêmicas se entrecruzam. E o mesmo pode ser dito a respeito da relação necessariamente dialógica estabelecida entre os autores desse artigo, na condição de entrevistadores, e os profissionais entrevistados. A realização da pesquisa motivou alguns dos docentes entrevistados a pensar sobre sua trajetória e atividade profissionais a partir dos elementos relacionados à História Intelectual, como apresentados a eles mediante os questionamentos que fizemos. Rafael F. Benthien, por exemplo, ao refletir sobre nossas leituras acerca de um possível "enquadramento" no campo, ponderou:

> [...] Acho que minha primeira questão é tranquilizá-los. Eu aceito que vocês rotulem meu trabalho como sendo um trabalho de "história intelectual". Também não tenho nenhum problema com o fato de meus colegas se referirem ao tipo de história que eu faço valendo-se desse rótulo. [...] Abro um parênteses: eu apenas observo também que essa palavra intelectual é uma palavra que, embora utilizada no rótulo de uma forma adjetiva, como um qualificativo, também tem um peso em função da invenção como substantivo[63].

Assim, aportamos em ilhas não previstas em nossa jornada inicial: o estudo acabou por imprimir algum sentido para a trajetória dos docentes envolvidos em nossa análise, demonstrando a relevância de se trilhar esse vasto caminho consubstanciado por sujeitos e práticas historiadoras levadas a cabo no Paraná neste século XXI.

[62] KARVAT, Erivan C. *Questionário*, op. cit.
[63] BENTHIEN, Rafael F. *Entrevista*, op. cit.